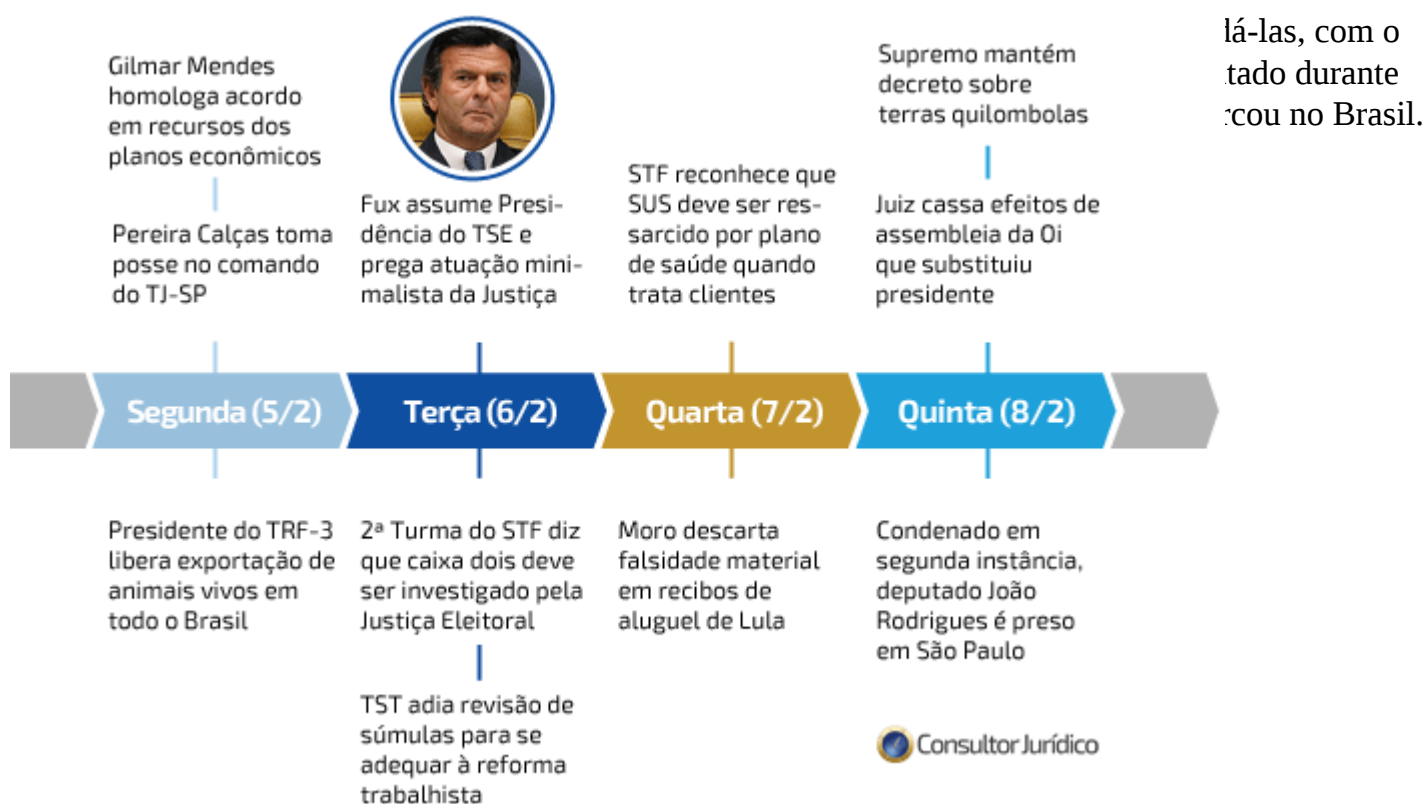


Expansão do FBI no Brasil na época da “lava jato” foi destaque

Uma das notícias mais relevantes da semana, revelada pela **ConJur**, mostra que o [FBI tem reforçado a presença de profissionais em solo brasileiro desde 2014](#), antes de a operação “lava jato” se tornar conhecida do grande público. O governo americano entende ter uma espécie de jurisdição mundial para investigar casos de corrupção com base na FCPA — lei de combate a esse tipo de crime no exterior.

Especialistas do FBI e do Departamento de Justiça dos EUA tratam com certa naturalidade a troca de provas entre países sem a necessidade de passar pelas regras de compartilhamento. Segundo George “Ren” McEachern, que liderava até dezembro a equipe de combate à corrupção internacional do FBI, o contato é feito “o tempo inteiro entre investigadores”.



lá-las, com o
tado durante
cou no Brasil.

Competência especializada

A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal [reconheceu que cabe à Justiça Eleitoral](#) reunir investigações sobre caixa dois e “crimes conexos”. Com esse entendimento, o colegiado enviou à Justiça Eleitoral de São Paulo inquérito que apura doação ilegal à campanha do presidente da Fiesp, Paulo Skaf, ao governo do estado em 2010.

O relator, Luiz Edson Fachin, ficou vencido ao entender que a fase de inquérito não permitia identificar se a competência seria da Justiça Federal ou não.

Jurisprudência lavajatista

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região [divulgou o último voto](#) que faltava no acórdão que condenou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A **ConJur** levantou os principais fundamentos que levaram ao aumento de pena do petista, que incluem análises sobre o crime de lavagem de dinheiro e citações à teoria do domínio do fato.

Viagem sob impasse

A exportação de animais vivos do Brasil gerou um imbróglio na Justiça que poderia até impactar a balança comercial do país. A história começou quando uma entidade reclamou principalmente da situação de pelo menos 25 mil bois que aguardavam ida à Turquia, a partir do porto de Santos (SP). O juiz federal Djalma Moreira Gomes, da 25ª Vara Federal de São Paulo, [concedeu liminar](#) contra a exportação em todo o território nacional.

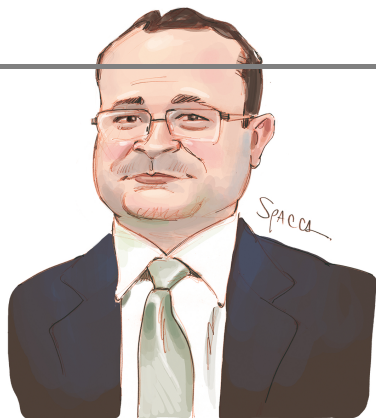
Em plantão judiciário, a [desembargadora federal Diva Malerbi autorizou especificamente](#) a exportação desses bois, por entender que manter a proibição provocaria desgaste e sofrimento aos animais. Já a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargadora federal Cecília Marcondes, [derrubou totalmente a liminar](#). Ela avaliou que uma série de atos normativos já garantem controle da qualidade, da segurança e do bem-estar dos envolvidos.

FRASE DA SEMANA

É constitucional o ressarcimento previsto no artigo 32 da Lei 9.656/1998, o qual é aplicável aos procedimentos médicos, hospitalares ou ambulatoriais custeados pelo SUS e posteriores a 04/06/1998, assegurados o contraditório e a ampla defesa no âmbito administrativo em todos os marcos jurídicos.”
Tese reconhecida pelo STF, ao declarar que [SUS deve ser ressarcido](#) por plano de saúde quando trata clientes (RE 597.064)

ENTREVISTA DA SEMANA

Spacca



O defensor público federal **Gustavo de Almeida Ribeiro**, do Grupo de

Atuação no Supremo Tribunal Federal, [declarou à ConJur](#) que a onda punitivista tomou conta do Judiciário brasileiro e vem impedindo a aplicação do princípio da insignificância. Para ele, juízes deveriam considerar os riscos de prender um réu primário e com boas condutas no precário sistema prisional brasileiro.

Audiência

De 2 a 8/2



2,6 milhões

número de visualizações
de página na ConJur



791,6 mil

número de visitantes
na página

Fonte: Google Analytics

do STF tem julgado cada vez menos pedidos de Habeas Corpus e
negada, o que impossibilita a sustentação oral.

RANKING

A notícia [mais lida da semana na ConJur](#), com 107,1 mil visitas, foi sobre decisão que proíbe a Receita Federal de apreender notebook de uso pessoal quando viajante volta do exterior, mesmo sem nota fiscal.

Para a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o item faz parte da bagagem, sem apresentar finalidade comercial. O colegiado declarou nula uma apreensão e determinou que o Fisco libere o equipamento à dona.

Com 33,8 mil acessos, ficou em segundo lugar no ranking notícia sobre [absolvição da ex-governadora do Maranhão](#) Roseana Sarney. Ela foi acusada de ter beneficiado empresas em obras de unidades hospitalares em vários municípios, em troca de R\$ 1,9 milhão para campanha de 2010, mas o Tribunal de Justiça do estado afastou responsabilidade objetiva do chefe do Executivo por tudo o que ocorre no governo.

As 10 mais lidas

[Item de bagagem, notebook de passageiro não pode ser retido pela Receita](#)
[Ex-governadora Roseana Sarney é absolvida por unanimidade pelo TJ-MA](#)
[Mudança em seguro é anulada pelo STJ porque segurado estava bêbado](#)
[STF não pode julgar liminar sobre auxílio-moradia, dizem associações](#)
[Operador de telemarketing tem direito a jornada reduzida, define TST](#)
[Trabalhador não sofre danos morais porque patrão fala alto ou é grosseiro](#)
[Em nome da segurança jurídica, STF libera lei inconstitucional](#)
[Advogado impetra HC para liberar carro e magistrado manda ele estudar](#)
[Veja os 39 temas com repercussão geral reconhecida pelo STF em 2017](#)
[Réu é absolvido por Moro porque delação não foi confirmada pelo MPF](#)

Manchetes da Semana

[Dez temas são responsáveis por 72% das ações paralisadas em tribunais](#)
[Justiça do Rio cassa efeitos de assembleia da Oi que substituiu presidente](#)
[Quebrar sigilo de e-mail no exterior nem sempre exige cooperação internacional, afirma STJ](#)
[FBI ampliou presença no Brasil em 2014, antes da "lava jato" ficar famosa](#)
[Princípio da individualização da pena justifica regime inicial fechado](#)
[Caixa dois deve ser investigado pela Justiça Eleitoral, decide 2ª Turma do STF](#)
[Réu é absolvido por Moro porque delação não foi confirmada pelo MPF](#)
[Para Alexandre de Moraes, TCU não pode fazer controle de constitucionalidade](#)
[Item de bagagem, notebook de passageiro não pode ser retido pela Receita](#)
[Entrevista – Gustavo Ribeiro: “Onda punitivista atrapalha aplicação do princípio da insignificância pelo Supremo”](#)
[Em nome da segurança jurídica, STF libera lei inconstitucional](#)

Date Created

10/02/2018